



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Conselho Superior

ATA DA 29ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO – BIÊNIO 2006/2007

Aos cinco dias do mês de janeiro do ano dois mil e sete, na sala de reuniões no Fórum da Barra Funda, reuniu-se o Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado. Deu-se início aos trabalhos às nove horas e trinta minutos. Instalada a sessão, a Presidente comunicou que, no dia 27 de dezembro, foi assinado o contrato do prédio na r. Boa Vista e, no dia seguinte, esteve em reunião com o Santander Banespa para acertar os pontos da reforma, que terá prazo de 120 dias para o término da parte estrutural e hidráulica, enquanto o acabamento e os móveis ficarão por conta da Defensoria; desse modo, a previsão é de ocuparmos o imóvel no final do ano. Comunicou também ter comparecido às cerimônias de posse do Governador, apresentando a Defensoria Pública, bem como do Secretário de Justiça e do Procurador Geral do Estado. O Dr. Marrey citou a Defensoria em seu discurso e declarou a necessidade de implementá-la. Dias depois, disse que vai marcar reunião com a Defensora Pública-Geral e com o Governador para falar sobre a instituição. Relatou também a reunião que ela e os colegas Pedro, Vitore, Roque e Antonio tiveram com o Dr. Marcos Nusdeo, momento em que se discutiu a transferência dos procuradores. O interesse da Defensoria era no sentido de realizar a transferência em duas etapas, enquanto a proposta da PGE era de que todos os procuradores saíssem da Defensoria em julho, o que inviabilizaria o desenvolvimento das atividades da instituição, pois o segundo concurso ainda não teria terminado e muitos postos de atendimento seriam fechados. Nesse contexto, fechou-se o acordo de que, em 30 de maio, serão transferidos 200 procuradores, e os 60 restantes, em setembro. Assim, a abertura do segundo concurso deverá ser agilizada para que se nomeiem os aprovados no segundo concurso até o final do processo de transferência. Esse acordo será objeto de Resolução Conjunta PGE/DPGE, cuja minuta foi encaminhada hoje ao gabinete do Procurador Geral. Posteriormente, combinarão os locais de onde sairão os procuradores da primeira etapa. Sobre o convênio com a Funap, informou que esteve em reunião para discutir proposta, para a qual a Defensoria está elaborando contraproposta e hoje à tarde haverá nova reunião para fechar contrato. Em seguida, passou-se às comunicações da secretaria, que informou ter feito as alterações propostas pelo Conselheiro Willian sobre as atas enviadas aos conselheiros e que enviará as versões alteradas. A Presidente solicitou que os conselheiros leiam as atas corrigidas e, se necessário, proponham alterações para leitura e aprovação no próximo conselho. Iniciou-se o momento aberto, em que estavam presentes Felícia Mendes, representante da Fommesp – Fórum de Moradia e Meio Ambiente do Estado de São Paulo, e Guilherme Boulos, coordenador do Movimento dos Trabalhadores sem Teto, que apresentaram reivindicações relacionadas à questão da moradia. Eles relataram haver no Brasil um déficit habitacional que atinge 6,5 bilhões de famílias, grande parte organizada em movimentos sociais nas periferias. Na Grande São Paulo, um dos maiores problemas são as reintegrações de posse realizadas sistematicamente e a falta de respaldo jurídico das famílias. Relataram caso em região de



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO Conselho Superior

Osasco, em que famílias foram despejadas sem ação judicial, apenas com base em uma liminar expedida para outra região. Outro aspecto é a limitação dos programas habitacionais. Segundo Guilherme, o CDHU não atende demandas organizadas, pois o sistema utilizado é de sorteio. Esses problemas acarretam mais ocupação e, conseqüentemente, mais despejos, em um círculo vicioso. Segundo Felícia e Guilherme, as áreas mais problemáticas são Vila Rubi, Caucaia, Aracati, Jardim Ingá. Neste último local, 120 famílias estão com despejo marcado para este mês, sem qualquer indenização, em ação movida pelo governo estadual. A Fommesp entrou com representação no MP a fim de que seja encontrado outro lugar para moradia dessas famílias, que já estão cadastradas pela associação. Na Vila Rubi, a Prefeitura entrou com reintegração de posse. A Fommesp falou com a Secretaria Municipal de Habitação para que as famílias fossem encaminhadas a um programa social de habitação, mas se impuseram condições impraticáveis, como comprovação de renda mínima. Por fim, os representantes das duas instituições propuseram uma parceria com a Defensoria Pública para a solução desses casos. Sobre as questões apresentadas, a Presidente disse que o Coordenador do Núcleo de Habitação e Urbanismo, Carlos Loureiro, para que sejam tomadas as providências necessárias em relação aos casos mais urgentes. O Conselheiro Vitore informou que haverá uma jornada pela moradia, da qual seria muito importante que as duas entidades participassem. Outro aspecto levantado por Guilherme foi a questão do déficit habitacional qualitativo, em que se inclui o problema das ligações elétricas clandestinas, as quais têm sido regularizadas por meio de medidas “antigato”, tomadas pelas concessionárias de energia elétrica, que impedem o acesso de muitas famílias a esse serviço. A pressão de entidades do movimento social tem conseguido que a chamada lei da tarifa social, que deveria ter abrangência geral, seja aplicada em algumas comunidades. A Defensora Pública-Geral informou que uma das pré-jornadas pela moradia já tratou desse assunto e que há uma ação civil pública tramitando. Além disso, há uma decisão do STJ impedindo o corte. Os casos individuais podem ser encaminhados à Defensoria, que tem intermediado acordos com a Eletropaulo, enquanto os coletivos devem ser encaminhados ao núcleo. Em seguida, o Presidente da Apadep pediu a palavra para falar sobre a notícia da transferência dos procuradores. Para ele, o resultado da reunião indica ter prevalecido o interesse da PGE, já que o esperado era que a transição ocorresse em dois anos. Considera imprescindível analisar quais serão os locais de onde sairão os procuradores. Sobre esse ponto, o Conselheiro Pedro respondeu que foi estipulado, na Deliberação Conjunta, que os alocados na capital ficarão na Liberdade e na Barra Funda e frisou a importância de a Apadep apoiar o Gabinete neste momento e que o Conselho faça uma moção homologando essa decisão, com o objetivo de unir a carreira, que está passando por um período delicado. O Presidente da Apadep, nesse ínterim, posicionou-se a favor de promover encontros com todos os membros da Defensoria, a fim de possibilitar uma reflexão conjunta e a conscientização sobre as reais condições da instituição, de modo a entenderem que ela é um projeto em médio prazo e que, portanto, não colherá frutos imediatos. A Defensora Pública-Geral manifestou, então, seu entusiasmo com a contratação da consultoria da Fundap, referente aos atendimentos e



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Conselho Superior

disse que está planejando um encontro de todos os defensores para relatar essas notícias. Ao mesmo tempo, manifestou interesse em aprimorar o sistema de comunicação interno. A Defensora Pública Helena Rosa questionou a respeito do descredenciamento dos estagiários pela PGE em 20 de dezembro na capital, sobre o que a Presidente do Conselho respondeu que concurso para novos estagiários será realizado, provavelmente, em fevereiro. Sobre o concurso para defensores, a Dra. Helena disse estar procurando encurtar os prazos com a Fundação Carlos Chagas e que está levantando os problemas e recebendo sugestões para o próximo concurso. Em seguida, passou-se à manifestação dos conselheiros. O Defensor Roque questionou se o Gabinete já tratou com o Procurador Geral do Estado sobre a questão das verbas honorárias. Alertou para o problema das desapropriações, levantado pelos convidados da sociedade civil, principalmente na área de mananciais, onde se localiza uma população bastante carente. Sobre o sistema de comunicação a partir do Gabinete, disse que, além de resultados de ações processuais da Defensoria, deveriam ser notificados mais planos, metas para 2007, assuntos do dia-a-dia, questões estruturais da carreira. A Presidente do Conselho respondeu que concorda com a reivindicação do conselheiro e que já falou com a Defensora Renata Tibiryçá sobre o sistema de comunicação interno. Disse também que o Gabinete fez um plano de metas para este ano, que será divulgado a todos assim que for finalizado. Sobre Brasília, relatou que a Defensoria assumirá o trabalho no escritório da PGE, o que definirá melhor com a Conselheira Daniela quando esta voltar de férias. Notificou ainda que houve a nomeação de Defensores para integrarem dois conselhos: o de Prevenção do Tráfico de Seres Humanos, para o qual foi nomeado Pedro Giberti, e o do Sistema Penitenciário Estadual, para o qual foram nomeados Carmen, Gustavo e Geraldo. O Conselheiro Pedro manifestou estar satisfeito com o interior, que, apesar das dificuldades, está conseguindo dar conta das tarefas, o SPT e SPA estão sendo realizados, imóveis estão sendo alocados, está recebendo mais notícias de realizações do que reclamações e problemas. Relatou que o Defensor Luiz Carlos pediu desoneração do cargo de Coordenador da Regional de Campinas, que será assumido pelo Conselheiro Noadir. Notificou também que a Defensora Lisa assumirá a Coordenadoria de Santos, que recebe uma demanda muito grande, até dos municípios do Vale do Ribeira. Manifestou, no entanto, preocupação por conta da saída da Dra. Lisa e disse ser importante que a nova Coordenadora da CGA, Dra. Nancy, mantenha o pessoal do RH, cujo trabalho avaliou como positivo. Sobre o Conselho de Prevenção do Tráfico de Seres Humanos, disse que acha importante integrá-lo no Condepe, pois esse tráfico é hoje o terceiro maior negócio ilícito do mundo, movimentando cerca de U\$ 3 milhões. O Conselheiro Pedro acrescentou que vislumbra uma possibilidade de aproximação com a Secretaria da Justiça, sede desse Conselho. O Conselheiro Vitore noticiou o veto da LDO na parte referente à Defensoria, mas a Meire garantiu que os programas da instituição não sofrerão prejuízos. O Conselheiro Noadir saudou a todos pelo aniversário da Defensoria e disse que tem mais certeza ainda da opção que fez, do futuro promissor da carreira e da excelência do trabalho da Defensoria Pública-Geral, que tem feito mais do que o esperado e resolvido os revezes com muita serenidade. Sobre a questão dos plantões no interior, relatou a situação periclitante de



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Conselho Superior

Bauru, Araçatuba e Campinas. Sugeriu ainda que a Apadep gerencie o grupo de comunicação eletrônica da Defensoria. Em seguida, o Conselheiro Willian manifestou-se levantando algumas constatações apresentadas no relatório da Ouvidoria, entre as quais o momento aberto das sessões do Conselho, que tem como assuntos discutidos mais discutidos os temas: remuneração, estagiários e congressos, o que aponta para a necessidade de trazer a participação de mais representantes da sociedade civil, já que é esse o sentido do momento aberto. Sobre o contato com os atendidos pela Defensoria, disse que é necessário que a Ouvidoria tenha um link na primeira página do site, já que a maioria das demandas é encaminhada por esse meio. Disse que considera importante organizar uma reunião com funcionários para explicar a estrutura da instituição. Sobre o momento vivido, considera importante o papel da Apadep e fundamental a participação no Condepe. O Conselheiro Carlos Weis noticiou que o sistema de relatórios mensais atualmente é emprestado da PGE, mas depois de setembro será instalado um novo sistema, o que deverá solicitar à Prodesp. Os relatórios já foram encaminhados ao Conselho para manifestação. Relatou ainda que foi criado grupo de trabalho para analisar a qualidade do atendimento oferecido pela Defensoria. Para o Conselheiro, é necessário que o Gabinete estabeleça as atribuições de cada órgão interno, com o objetivo não só de organizar a atuação de cada um, como também de resguardar os membros. Esse grupo de trabalho, cuja composição será definida em breve, mas que provavelmente contará com a participação dos Defensores Carlos Loureiro, Roque e Fabiano, terá a primeira reunião no dia 9, às 14 horas, na Liberdade. Outra questão levantada pelo Conselheiro foram as teses institucionais, resultantes dos debates desenvolvidos em congressos e outros certames, o que será discutido com a Escola Superior da Defensoria. Por não haver mais manifestações, passou-se à ordem do dia, estando em pauta o Processo CSDP n.º 427/2006, proposto pelo Conselheiro Roque Jerônimo Andrade, que trata da Deliberação sobre o processamento dos pedidos de afastamento de Defensores Públicos para participação em cursos, congressos e outros certames científicos de interesse da instituição e teve por relator o Conselheiro Carlos Weis. A proposta de Deliberação foi aprovada, por unanimidade, nos termos do voto do relator, resultando na Deliberação CSDP n.º 27, de 05 de janeiro de 2007. Processo CSDP n.º 431/06, referente a pedido de análise de caso omissivo sobre resultado da primeira prova escrita do I Concurso Público de Provas e Títulos da Defensoria Pública de São Paulo, proposto por Guilherme Di Luca e relatado pelo Conselheiro Carlos Henrique Acirón Loureiro, do qual o Conselho deliberou, por unanimidade, não conhecer, por intempestivo, nos termos do voto do relator. Sem mais processos a serem relatados na ordem do dia, o Senhor Presidente *ad hoc* deu por encerrada a sessão. Eu, Tamara Castro, Secretária de Divisão, lavrei esta ata, que será objeto de aprovação na abertura dos trabalhos da próxima sessão. São Paulo, 05 de janeiro de 2007.



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
Conselho Superior